

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.931, DE 2015

Dispõe sobre a implantação de Campus Avançado da Universidade Federal do Cariri - UFCA e dá outras providências

Autor: Deputado JOSÉ GUIMARÃES

Relator: Deputado DIEGO GARCIA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.931, de 2015, autoriza a União a implantar *campus* avançado da Universidade Federal do Cariri (UFCA) no município de Iguatu, no Estado do Ceará.

O projeto foi distribuído às Comissões de Trabalho; Educação; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Na Comissão de Trabalho, em 29/11/2017, foi apresentado o parecer do Relator Substituto, Dep. Cabo Sabino (PR-CE), pela aprovação e, em 29/11/2017, aprovado por unanimidade o parecer.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o Relatório.



II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 2.931, de 2015, autoriza a União a implantar *campus* avançado da Universidade Federal do Cariri (UFCA) no município de Iguatu, no Estado do Ceará.

Conforme argumenta o Nobre Deputado José Guimarães, Autor da Proposição,

A região Centro-sul do Estado do Ceará, de grande importância política e econômica, elegeu como prioridade o atendimento da forte demanda por ensino superior e mobilizou-se para a obter a instalação de uma universidade pública no município de Iguatu, promovendo seminários, debates, manifestações de rua para coleta de assinaturas em abaixo-assinado entregue em 2006 [ao] presidente Lula durante a sua campanha à reeleição, que demonstrou sensibilidade à reivindicação.

Além de justa, é antiga, portanto, a demanda popular pela presença da Universidade na região. Estudantes de diversos municípios seriam beneficiados e teriam acesso à formação superior sem precisar se deslocar à capital do Estado.

Entretanto, a proposição possui óbices para sua aprovação. Conforme resume a Súmula de recomendações aos relatores nº 1/2016/CE, da Comissão de Educação,

A criação ou a autorização para criação de *campus* de instituição federal de educação superior não é matéria objeto de lei, mas de decisão acadêmica e administrativa das instituições envolvidas, isto é, a instituição de ensino (no exercício de sua autonomia) e o Ministério da Educação, como instituição supervisora e credenciadora.

Sobre a matéria, temos o seguinte entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), cuja ementa da decisão, no decorrer da ADI 2.367-MC, abaixo transcrevemos:

A implantação de *campus* universitário sem que a iniciativa legislativa tenha partido do próprio estabelecimento de ensino envolvido caracteriza, em princípio, ofensa à autonomia universitária (CF, art. 207). Plausibilidade da tese sustentada.



(ADI 2.367-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 5-4-2001, Plenário, DJ de 5-3-2004.)¹.

Adicionalmente, trata-se de projeto autorizativo e, como tal, não gera nem direitos nem obrigações por parte do Poder Executivo, uma vez que este detém a prerrogativa de criação apenas de novas instituições de ensino superior da rede federal. A criação de *campus* depende de decisão do órgão superior da própria universidade, no exercício de sua autonomia constitucional.

Assim, respeitosamente, sugerimos ao ilustre autor da proposição, caso almeje a implantação de *campus* avançado da Universidade Federal do Cariri (UFCA) no município de Iguatu, que consulte a própria instituição e, sendo o caso, encaminhe Indicação ao Ministério da Educação, a quem cabe proceder ao credenciamento do novo *campus*, uma vez que tenha sido decidida a sua criação pelo Conselho Universitário da UFCA.

Diante do exposto, votamos pela rejeição ao PL nº 2.931, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DIEGO GARCIA
Relator

2025-18401

¹ Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=751234828>

